

1 **ATA DA DUCENTÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO**
2 **MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA DIA DEZ DE JULHO**
3 **DE 2014, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
4 **E CIDADANIA-SEMDESC. HORÁRIO: 13h42min. QUORUM DE ABERTURA:** Constatada
5 a presença dos conselheiros (as): Lucidalva Barreto dos Santos (representante da sociedade civil –
6 Núcleo dos Assistentes Sociais); Rubia Janaína da Silva Rodrigues (Representatividade da
7 Sociedade Civil – APAE); Daniel Furtado Lemos (representante do governo - SESAU); Gilmar da
8 Silva Lima (representante do governo - SEMDESC); Severina Alda de Aguiar (representante da
9 sociedade civil - Núcleo dos Assistentes Sociais); Dilma das Graças Queiroz (representatividade da
10 sociedade civil organizada - Abrigo Frei Anselmo); Neuzira Cardoso Otoni (representante da
11 sociedade civil - Psicólogos) e Eudes Barbosa da Costa (representante do governo - Gabinete) e
12 como convidado Giovanini de Bosco Rosa. Ainda presente, Isabel Aparecida Cruz Randi, técnica
13 da SEMDESC; e Kamilla Sousa Sales, Assessora Especial de Gabinete a serviço da SEMDESC.
14 Constatado o quorum, a presidente deu boas vindas a todos, iniciando com a pauta do dia:
15 "*Relatório SIM - SUAS do mês de junho/2014*". A técnica da SEMDESC, Isabel repassou aos
16 conselheiros a forma impressa dos relatórios encaminhados via sistema eletrônico, através do
17 SIMSUAS, ao Estado de Minas Gerais. Foram lidos e apreciados os dados de atendimento da
18 Proteção Social Básica e Proteção Social Especial do município, além do saldo financeiro do
19 recurso destinado pelo estado ao município, referente ao PISO MINEIRO, no valor de R\$
20 205.388,02 (duzentos e cinco mil trezentos e oitenta e oito reais e dois centavos). Durante a análise
21 dos dados, a conselheira Severina Alda chamou a atenção para as informações advindas do CRAS
22 Pólo 3, evidenciando a vulnerabilidade vivenciada naquele território. Na oportunidade, a
23 conselheira e técnica do referido equipamento Neuzira, informou que estão procurando um local
24 para mudar-se, vez que as dependências da APAE foram requeridas pela mesma. Lucidalva
25 lembrou que por ocasião da inauguração da sede do CREAS, o prefeito comprometeu-se em
26 construir sedes próprias para os CRASs, e que diante o exposto seria conveniente solicitar junto à
27 administração que o primeiro a ser beneficiado seja o CRAS Pólo 3, considerando o alto índice de
28 vulnerabilidade no território dos bairros Mamoeiro, Santa Clara e adjacências. Severina Alda
29 sugeriu que os relatórios sejam analisados pela Comissão de Análise de Instrumentos Legais, para
30 fazer um comparativo mais minucioso dos dados ao longo do ano. Após análises, passou-se os
31 relatórios por votação, tendo sido aprovados da seguinte forma: Eudes (aprova); Lucidalva
32 (aprova); Dilma (aprova); Valdir (aprova); Lucidalva (aprova); Neuzira (aprova); Daniel (aprova) e
33 Rúbia (aprova). Passando ao segundo ponto de pauta: "*Conclusão sobre o relatório final do Plano*
34 *de Assistência Social - PAS da PCH Unaí Baixo para encaminhamento ao CEAS*", Lucidalva
35 informou que a reunião ocorrida no dia dois de julho com a representante do CEAS e representantes
36 da PCH Unaí Baixo foi uma reunião de alinhamento de informações, e ainda que devidamente

37 registrada, não foi uma reunião deliberativa, vez que não houve quorum. Explicou que juntamente
38 com a conselheira Maria e a técnica do CEAS Rosalice visitaram o Posto de Atendimento, alguns
39 usuários e proprietários atingidos pelo empreendimento. Neste momento, Lucidalva solicitou a
40 leitura da ata da reunião realizada com representante do CEAS e da PCH, a qual foi realizada pela
41 assessora Kamilla. O conselheiro Eudes questionou se o Posto já não teria finalizado suas
42 atividades, sendo esclarecido por Lucidalva que o empreendedor somente estará autorizado a fechar
43 após a publicação de resolução do Conselho Estadual. Relatou ainda que em visita a um dos
44 proprietários constataram que mesmo tendo havido a negociação das terras a questão foi dada por
45 encerrada como forma de evitar-se um desgaste físico e emocional ainda maior, no entanto observa-
46 se uma insatisfação irreparável no relato de algumas pessoas envolvidas, com prejuízos também
47 financeiros. Lucidalva explicou que ficou acordado que o CMAS deveria enviar um documento
48 avaliativo ao CEAS até o dia seguinte, onze de julho. Após discussões ficou agendada reunião para
49 o dia seguinte às quinze horas, com os conselheiros Severina Alda, Lucidalva, Eudes e Neuzira,
50 com vistas a elaboração do documento, o qual deverá reafirmar a não efetividade do PAS, e ainda
51 que o CMAS não delibere sobre o assunto é necessário manifestar sua conclusão diante os fatos
52 apresentados. Passando ao terceiro ponto de pauta “Apreciação do Termo de Aceite para o
53 cofinanciamento federal das Medidas Socioeducativas em meio Aberto – MSE – Liberdade Assistida
54 e Prestação de Serviço à Comunidade – LA e PSC”, foi apresentada a proposta de cofinanciamento
55 para dois grupos de vinte adolescentes cada, totalizando quarenta vagas, no valor de R\$ 4.400,00
56 (quatro mil e quatrocentos reais) mensais. Após a leitura do termo de aceite, ressaltando as
57 responsabilidades do município, passou-se por votação, tendo sido aprovado da seguinte forma:
58 Eudes (aprova); Lucidalva (aprova); Dilma (aprova); Valdir (aprova); Lucidalva (aprova); Neuzira
59 (aprova); Daniel (aprova) e Rúbia (abstém). Em “Informes Gerais”, foi colocada a necessidade de
60 definição de alocação do recurso do IGD destinado à ações do Conselho, sendo acordado que será
61 decidido em comissão para posterior comunicação à gestão. Nesse momento Giovanini solicitou a
62 palavra, onde colocou sua preocupação com relação ao serviço desenvolvido nas Casas Lares, onde
63 o mesmo percebe que não está sendo realizado um trabalho técnico fundamentado em uma proposta
64 socioeducativa, pois tem conhecimento de que os acolhidos estão sem atividades diárias. Lucidalva
65 falou da responsabilidade do Conselho no acompanhamento dos serviços, e se estes estão
66 funcionando como deveriam. Severina Alda afirmou que percebe que falta planejamento. Giovanini
67 concordou que uma vez havendo equipe técnica exclusiva o trabalho deve ser melhor planejado.
68 Diante o exposto Lucidalva sugeriu a conclusão das visitas institucionais já iniciadas e a partir do
69 relatório tomar providências junto à gestão. Em seguida passou a leitura de convite da Associação
70 Mão Amiga para curso de capacitação ao serviço de acolhimento de crianças e adolescentes a
71 iniciar-se no dia onze de julho. Lucidalva colocou ainda a necessidade de recomposição da
72 Comissão para análise dos planos, que vem tendo dificuldade em reunir-se. Após discussão

73 concluiu-se que já havia muitos conselheiros envolvidos, devendo haver maior compromisso com o
74 agendamento das reuniões. Desse modo, a presidente encerrou a reunião agradecendo a presença de
75 todos, e eu, Isabel Aparecida Cruz Randi, lavrei essa ata que será lida e aprovada por todos os
76 presentes em reunião. **ENCERRAMENTO:16h21min.**